MEDIAÇÃO PARA A AUTONOMIA? [1]

Cayo Honorato

Ficamos sempre agradecidos por participar de situações como esta e desta vez não é diferente.[2] Mas confesso ter me sentido em apuros diante deste tema, o da "mediação para a autonomia", por pelo menos duas razões:

Primeiro, porque, se algum dia cheguei a mobilizar alguma coisa da ideia de autonomia, minha impressão é a de que isso já faz muito tempo. Mas sei, até mesmo por força dessa experiência, que se trata de uma dessas palavras "peso pesado", com uma longa história de usos e significados. Então, me vi tentando entender por que uma ideia tão importante parecia ter envelhecido para mim.

Segundo, porque, se em parte isso pode ser visto como um simples esquecimento meu, ou talvez uma decorrência de ter sido levado por outros assuntos, percebi em mim certa resistência a retomar agora essa ideia, ao menos, na versão exclusivamente positiva (e até meio pomposa) com que, lá atrás, eu costumava compreendê-la.

Em todo caso, a autonomia não é só uma ideia ou um objeto de estudo. Então (é a pergunta que me ocorre agora), o que nós queremos com a autonomia, supondo que seja isso mesmo o que nós queremos? E digo "nós", considerando que os mediadores são os sujeitos desse querer. É,

---

[1] Citar como: HONORATO, Cayo. Mediação para a autonomia? In: FONTES, Adriana & GAMA, Rita (orgs.). *Reflexões e Experiências*: 1º Seminário Oi Futuro: Mediação em Museus, Arte e Tecnologia. Rio de Janeiro: Oi Futuro; Livre Expressão, 2012, pp. 48-59. (Coleção Arte & Tecnologia)

[2] A primeira versão deste texto foi apresentada, na forma de minha participação em uma mesa redonda, no Seminário Mediação para a Autonomia, realizado pelo Museu de Arte da Pampulha, no dia 23/05/2012, com a participação de Elisa Campos (EBA/UFMG) e Marcelle Azzi (SMED/PBH), e mediação do Educativo do MAP. A versão que se apresenta nesta publicação, feita a convite da Oi Futuro do Rio de Janeiro, resulta da revisão e ampliação da primeira.

portanto, como um mediador, ou como alguém que pesquisa e escreve sobre a mediação (educacional, cultural ou artística), que falo a vocês.

Mas, antes disso, trata-se de discutirmos "uma mediação para a autonomia *de quem*": do público, da mediação, dos mediadores? Suponho que, muito provavelmente, em função de como o trabalho da mediação tem se concebido, a questão seria respondida, quase que invariavelmente, com a primeira opção: "uma mediação para a autonomia *do público*". Isso porque os diferentes públicos, por mais que a mediação os tenha diferenciado, não têm sido outra coisa para ela senão o *suporte das suas ações*, em um sentido específico.

A respeito disso, proponho-lhes o seguinte exercício: em uma amostra representativa de textos sobre a mediação, busquem todas as ocorrências da palavra "público", perguntando o que ela significa a cada vez que ocorre.[3] Provavelmente, para além de referida a "um grupo de pessoas" (cidadãos, visitantes, usuários, estudantes, crianças etc.), a palavra apareça associada muito mais ao que a mediação *quer fazer* ou *faz* com essas pessoas (e seria mais exato dizer: ao que a mediação quer fazer *para* ou *sobre* essas pessoas), do que para dizer *quem são* essas pessoas (por meio de suas interpretações, relatos, narrativas, histórias etc.), ou mesmo *o que foi feito* realmente com essas pessoas (por meio de registros, autoavaliações e autocríticas do trabalho realizado, que, inclusive, pudessem vir a ser publicados, uma vez que não se trata de simplesmente oferecer espaços nos quais as pessoas possam falar ou se expressar).

Como se sabe, a mediação não dá sossego a essas pessoas. Ela quer sensibilizá-las, provocá-las, instigá-las, impactá-las, transformá-las. Ela quer realizar no público os desejos e projetos que não somente ela própria, mas

---

[3] Eu de fato já fiz isso, tomando por amostra o livro *Espaços da Mediação*, publicado em 2011 pelo Museu de Arte Contemporânea da USP, a propósito de um simpósio internacional sobre o assunto. Ainda que tomar essa publicação como representativa do discurso da mediação no Brasil incorra em uma generalização, é significativo que 09 dos seus 14 textos sejam assinados pelos então coordenadores de educativos de algumas das principais instituições ou exposições de arte no país: Bienal do Mercosul, Bienal de São Paulo, Instituto Tomie Ohtake, Itaú Cultural, MAC/USP, MAM/RJ, MAM/SP, MASP, Paço das Artes e Pinacoteca do Estado de São Paulo.

que também muitos artistas e instituições têm para essas pessoas, supondo que elas sejam beneficiárias desses desejos e projetos, sem considerar, portanto, uma eventual *inconciliação entre uma parte e outra*, que muitas vezes manifesta uma real interação entre arte e público; optando nesses casos por sustentar, de maneira mais ou menos advertida, a fantasia de uma reconciliação universal. Assim, o que dizer se um desses projetos que se quer para o público for a "autonomia"? É possível querer a "autonomia do público" se o público, por qualquer motivo, não a quiser?

A pergunta, neste ponto, pode parecer retórica (afinal, quem não irá querer sua própria autonomia?), mas talvez nos sirva para introduzir um paradoxo que, a meu ver, a mediação deve enfrentar: ela deve questionar o discurso da "formação do público", quando isso significa e porque isso tem significado o empreitamento da experiência do público, ou ainda, quando isso significa, mais simplesmente, estratégias para angariar público, em resposta às demandas institucionais, que, com frequência, estão mais interessadas na visibilidade de suas próprias ações; mas deve também trabalhar pela *formação do público*, no sentido de se questionar e subverter a distribuição desigual de saberes e oportunidades, tanto em relação à experiência das artes, quanto em relação ao complexo econômico-cultural que, em suas múltiplas articulações, as produz enquanto valores ou instrumentos de certas finalidades, muitas vezes, alheias aos reais interesses da mediação.

Mas quais seriam (ou deveriam ser) os *reais interesses da mediação*? Não se trata aqui de lhe prescrever obrigações, embora não se deva evitar uma perspectiva, que ultrapasse as "singularidades de nossa constituição pessoal", de modo a ser "publicamente defensável". (Castoriadis, 1982, p. 121) Afinal, fala-se muito que o papel do mediador é "ampliar repertórios", "promover deslocamentos", reconhecendo ao mesmo tempo uma "postura ativa" do público, mas pouco se fala do quê foi ampliado ou deslocado; o que muitas vezes perde de vista a vinculação dessas propostas a problemáticas concretas, sem o que podem redundar em mero voluntarismo, em um simples cardápio de "boas práticas".

Uma pergunta, por meio da qual tais interesses podem ser discutidos, ou

mesmo evidenciados, é levantada por Grant Kester (2009), a respeito da permeabilidade crescente entre a produção artística contemporânea e outras práticas culturais: "Qual é a relação entre a ação local em situações concretas e o contexto político mais amplo?" (p. 33, tradução minha) Para Kester, mudanças políticas locais solicitam processos impuros de negociação (ou de mediação), cuja *autonomia* não receia preventivamente ser cooptada, caracterizando-se tanto por momentos de correspondência ao poder hegemônico, quanto de diferenciação; tanto de simetria quanto de resistência. Desse modo, o autor preconiza uma ação que se articule a projetos de transformação social, mas sem nivelar a topografia conceitual e afetiva de lugares concretos, interessando-se pela formação de forças opositoras específicas.

Mas sua resposta deve, ela própria, ser percebida num contexto mais amplo. O ponto é que, se a autonomia esteve no âmago dos objetivos e dos caminhos dos projetos revolucionários dos séculos XVIII e XIX, significando a natureza autodeterminante dos poderes e capacidades humanas, ou ainda, no final dos anos de 1960, o desejo de "liberação ilimitada da criatividade humana", contra as determinações sociais de caráter autoritário ou quaisquer poderes externos burocráticos e opressivos; a partir de meados dos anos 1970, a autonomia passa a compor a própria forma de organização do processo de produção capitalista, significando livre iniciativa, flexibilidade, autogestão, realização pessoal etc., todas elas absorvidas por uma "nova modalidade de fazer lucro". É assim que, conforme Boltanski e Chiappello (2009), "Por uma inversão política, as garantias foram de algum modo trocadas pela autonomia". (p. 225)

Por certo, trata-se de autonomias que precisam ser diferenciadas uma da outra. Essa autonomia (que, naquele momento, toma o lugar das reivindicações por garantias trabalhistas) representa vantagens individualizadas, que enfatizam provas de desempenho igualmente individuais. Com isso, o patronato pôde se desonerar dos gastos que vinha tendo com a supervisão do trabalho (em função da desorganização da produção por inúmeras formas de resistência), uma vez que o controle (por parte dos supervisores) podia ser substituído pelo autocontrole (por parte dos

trabalhadores). Mais do que isso, as empresas passaram a "gerir o social", encarregando-se das próprias "aspirações" dos assalariados, desbancando a representatividade dos sindicatos. É neste ponto que as conquistas da crítica ao capitalismo coincidem com seu desarmamento, quando não parece haver mais distância entre a velha vontade de liberdade e as novas disciplinas produtivas.[4] Atento a esse "novo espírito", Slavoj Zizek (2011) entende que,"Dessa maneira, o capitalismo foi transformado e legitimado como projeto igualitário". (p. 53)

Então, que autonomia a mediação quer para o público (lembrando que autonomia significa liberdade, mas também responsabilidade de escolha)? Conforme quais expectativas ela irá querer esta ou aquela autonomia (sem que se trate apenas de querer para ter esta ou aquela autonomia)? Afinal, ao propugnar, sem outros esclarecimentos, uma "mediação para a autonomia", não estaríamos simplesmente manifestando uma vontade de nos assegurarmos numa verdade qualquer da mediação?

Em todo caso, parece-me que a mediação reduz de duas maneiras sua própria autonomia (e que isso aconteça, justamente, não nos ajudaria a deslindar aquele paradoxo), ao entender que somente (ou que principalmente) as pessoas são o suporte de suas ações: (1) quando ela desaparece com o público no sentido de espaço, ideia, acontecimento, heterogeneidade radical, mundo por vir (e essas são, de fato, dimensões do que pode ser *um público*),[5] fazendo com que aquelas pessoas, no limite, não se diferenciem de meros consumidores, de um público-alvo a ser conquistado; (2) quando ignora que ela poderia tomar outros "públicos" como suporte de suas ações: a instituição, as concepções de arte, as políticas culturais, o imaginário social, o processo histórico-cultural; isto é, quando ignora que ela própria poderia tomar cada uma dessas instâncias ou processos como o que pode ser transformado, agora sim, *com* os públicos, *com* as pessoas, de modo que *um público* seja o mundo de ações da mediação.

---

[4] Cf. Boltanski & Chiapello, 2009, pp. 195-238.

[5] Essas possibilidades são diferentemente apresentadas e discutidas por inúmeras autores e textos, dentre eles: Ribalta, 2005; Sheikh, 2009; Warner, 2005.

É por isso que, a meu ver, deveríamos discutir "uma mediação para a autonomia *da própria mediação*". Inclusive para que ela não passe pelo constrangimento de recomendar alguma coisa que ela própria não exerce. É claro que essa autonomia não poderia ser desejada somente para a mediação. Mas quem deseja a autonomia deve desejá-la para si mesmo, sem que haja nisso simples egoísmo. Acontece que a mediação tem trabalhado, principalmente, para interesses que não são os seus (ou que não deveriam necessariamente ser os seus), e sim dos curadores, dos patrocinadores, ou mesmo dos públicos; como instância de reprodução e de difusão, instrumento de marketing ou como prestadora de serviços. Isso significa que ela tem ignorado o *saber específico* que vai sendo construído pelos mediadores (e somente por eles), durante o tempo vivo das exposições ou instituições (quando se o toma como tempo vivo), ignorando tudo isso que propicia *um campo não inteiramente novo de pesquisa e atuação*: o cruzamento e a confrontação entre diferentes bases interpretativas ou sistemas de valores, nas fronteiras entre arte, cultura e sociedade.

É claro que assumir tal saber específico lhe exigiria outro posicionamento, no que diz respeito não somente à tarefa de produzi-lo, mas também de administrá-lo, ou melhor, de autogeri-lo. Mas é possível propor essa dobra (uma mediação para a autonomia da mediação) não só porque, enquanto modalidade de pensamento (e com isto se discute o sentido deste princípio), a autonomia é reflexiva, um pensamento sobre si mesmo e, mais do que isso, por si mesmo, sem recurso a regras e leis disponíveis, embora tomando parte na formação dessas regras e leis, enquanto valores coletivos (e nisso haveria uma estética); mas também porque, enquanto modalidade de ação, de *praxis* (isto é, de um fazer consciente, sempre em relação com um saber, mas que não repousa em uma certeza absoluta e definitiva, nem na aplicação desse saber fragmentário e provisório, fazendo surgir outros saberes), ela não pode ser exatamente prescrita a outros (no sentido de que ninguém funda a autonomia de outros), muito menos apontada como um destino a ser alcançado (como se "para a autonomia" sugerisse um caminho a ser percorrido); o que não significa que se deva esperar pela realização (milenarista) da autonomia do outro. De fato, a autonomia nem mesmo pode

ser representada (como se ela fosse um bem inalienável, ou uma identidade estabelecida). Mas uma autonomia pode ser elaborada, pode ser *performada* aqui e agora, em meio às próprias condições que lhe são adversas, e então suscitada, emulada em outros, como *política da autonomia*, tomando-se o exercício da própria autonomia como o começo da autonomia do outro e vice-versa (e nisso haveria uma ética).[6]

Essa autonomia estética e ética, portanto, não corresponde a uma liberdade abstrata, que eliminaria o discurso do outro *em* mim, seja esse discurso constituído por forças obscuras inconscientes, pelas expectativas de meus pais, de meus empregadores ou contratantes, nem de quaisquer grupos sociais com os quais me relaciono, alcançando assim "o núcleo do meu ser"; mas que, desse modo, por extensão, eliminaria o outro enquanto *alteridade*, isto é, enquanto função imaginária ou simbólica do inconsciente, ou como aquilo que, por ser linguagem ou corporalidade, constitui meu próprio pertencimento ao mundo e à história. Isso porque tal liberdade fictícia, exatamente por isso, terminaria mantendo aquilo de que ela quer se livrar: o outro enquanto *heteronomia*, enquanto presença em mim daquilo que me coage, definindo meu desejo e minha percepção da realidade. Ao buscar uma *pura atividade*, essa "liberdade", por meio dessa mesma busca, posiciona uma *passividade insolúvel*, como aquilo que a cerca por todos os lados, tornando-se incapaz de reconhecer a dimensão política da autonomia.

É porque, em última instância, o outro não pode ser completamente eliminado (inclusive porque é nesse copertencimento entre mim e outro que reside a intencionalidade criadora) que a autonomia é um problema e uma relação *social*, cabendo-lhe instaurar, a cada vez, outra relação entre meu discurso e o discurso do outro, por meio da qual esse discurso é levado a existir e se expressar em mim; uma relação que me faz, finalmente, participar daquilo que me ultrapassa e não me pertence. É porque essa autonomia não se confunde com a eliminação do discurso do outro (consistindo, antes, na sua elaboração no e pelo sujeito) que seu exercício não se reduz ao silêncio individual, nem à manipulação do outro, e que desejá-la para si não é

---

[6] Cf. Castoriadis, 1982, pp. 89-137.

possível sem desejá-la para todos; o que configura um trabalho coletivo mais ou menos anônimo. Segundo Castoriadis (1982), que concebe a autonomia não como um projeto qualquer, mas como o modo de ser do homem, no meio disso tudo, "Um sujeito autônomo é aquele que sabe ter boas razões para concluir: isso é bem verdadeiro, e [mais do que isso]: isso é bem meu desejo". (p. 126)

É preciso notar ainda que a heteronomia não aparece simplesmente como "discurso do outro", manifestando-se, em vez disso, enquanto circunstâncias impessoais (ou sociais) de limitação, privação e opressão, que tornam a autonomia individual praticamente inoperante. Do ponto de vista da mediação ou dos mediadores, elas podem ser: condições de trabalho eventualmente precárias ou contratações temporárias; o privilégio dos números, da imagem, do valor de marca, ou mesmo da satisfação subjetiva, enquanto critérios de avaliação do trabalho; a lógica corporativa de financiamento à produção cultural; a centralização administrativa travestida de democracia; a falta de recursos do sistema público de educação; o enfraquecimento da sociedade civil e das manifestações coletivas diante dos mecanismos automatizados do mercado; o desenvolvimento econômico como imperativo social etc. Há também, sustentando de certo modo tudo isso, circunstâncias pessoais não necessariamente individuais: o medo da liberdade, a necessidade de segurança, a vontade de poder, a "ocultação de nossa condição trágica". (Castoriadis, 1999, p. 63)

Como se vê, a autonomia sempre se joga numa *situação*, atravessada de condicionamentos históricos e sociais; ela não é uma "tomada de consciência" de uma vez por todas, nem se torna, em qualquer momento, uma causa ganha ou um direito adquirido. Mas sua possibilidade, sua capacidade de fundar a si mesma, instaurando aberturas, deve ser reconhecida desde sempre. E esse reconhecimento deve ser praticado. Para tanto, mais do que empreitar, é preciso estar à espreita, e então "apanhar" o acontecimento da autonomia, a emergência de um público, pelos quais se trabalha (entendendo-se "apanhar" como representar o que desaparece, deixar exemplos sem pretender discípulos); o que solicita tanto disposições intelectuais quanto corporais. É da responsabilidade da mediação que se

quer autônoma, portanto, dar mostras de que ela pratica tal reconhecimento, como um "fazer que visa o outro ou os outros como seres autônomos" (Castoriadis, 1982, p. 129, nota 34); entendendo-se por "seres autônomos" a comunidade dos que vivem sob normas que eles próprios se dão, sob normas ligadas a conteúdos efetivamente vitais.

Referências bibliográficas

ARANHA, Carmen S. G. & KANTON, Katia (coords.). *Espaços da mediação*. São Paulo: PGEHA/ Museu de Arte Contemporânea da USP, 2011.

BOLTANSKI, Luc & CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*; tradução de Ivone C. Benedetti; revisão técnica de Brasílio Sallum Jr. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade* [1975]; tradução de Guy Reynaud. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

___. *Feito e a ser feito*: as encruzilhadas do labirinto V; tradução de Lílian do Valle. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

KESTER, Grant. Re-pensando la autonomía: la práctica artística colaborativa y la política del desarrollo. In: COLLADOS, Antonio & RODRIGO, Javier (eds.). *Transductores*: pedagogías colectivas y políticas espaciales. Granada: Centro José Guerrero, 2009, pp. 30-42.

RIBALTA, Jorge. Contrapúblicos. Mediación y construcción de públicos. In: Revista Ramona, n. 55. Buenos Aires, octubre de 2005, pp. 24-38. Disponible en <http://www.ramona.org.ar/node/14560>

SHEIKH, Simon. Sobre a produção de públicos ou arte e política em um mundo fragmentado. In: CAMINTZER, Luis & PÉREZ-BARREIRO, Gabriel (orgs.). *Educação para a arte/ Arte para a educação*. Porto Alegre: Fundação Bienal do Mercosul, 2009, pp. 74-88

WARNER, Michael. *Publics and counterpublics*. New York: Zone Books, 2005.

ZIZEK, Slavoj. *Primeiro como tragédia, depois como farsa*; tradução de Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2011.